LONGEVIDADE: IMPACTOS NA SOCIEDADE, NA FAMÍLIA E NO INDIVÍDUO

Sueli Araújo¹, Anna Paula Corrá², Danielly J. Carlos³, Giselle de Nicolae⁴, Valquíria Cidra⁵, Elisabeth M. Liberato⁶

^{1,2,3,4,5} Universitários, Serviço Social, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Paraíba. Avenida Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova - São José dos Campos – SP.

⁶ Professora Orientadora, FCSA, Universidade do Vale do Paraíba. Avenida Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – São José dos Campos, SP.

¹ sueliaraujo@gmail.com

⁶ beth@univap.br

Resumo: A idade causa degenerescência das células. A velhice causa a degenerescência do espírito. Por isso nem todo idoso é velho e há velho que ainda nem chegou a ser idoso. Você é idoso quando sonha. É velho quando apenas dorme. Você é idoso quando ainda aprende. É velho quando já nem ensina. Você é idoso quando pratica esportes, ou de alguma outra forma se exercita. É velho quando apenas descansa. Você é idoso quando ainda sente amor. É velho quando só tem ciúmes e sentimento de posse. Você é idoso quando o dia de hoje é o primeiro do resto de sua vida. É velho quando todos os dias parecem o último da longa jornada. Você é idoso quando seu calendário tem amanhã. É velho quando seu calendário só tem ontens. Em nossa sociedade, a cidadania dos idosos não tem que ser resgatada ou recuperada tem que ser construída, uma vez que a população não chegou a vivenciar melhores condições de existência. A construção da cidadania do idoso é fundamental para o desenvolvimento de um país mais justo. A sociedade tem que mudar seu comportamento em relação ao idoso, pois uma sociedade consciente dos direitos daqueles que envelhecem é capaz de mobilizar o Estado para regulamentar e garantir o espaço social reservado aos velhos e envelhecentes.

Palavras-chave: Longevidade, Idoso

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O envelhecimento populacional é, hoje, um fenômeno mundial, significando um crescimento mais elevado da população idosa com relação aos demais grupos etários. No caso do Brasil, pode ser demonstrado pelo aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população nacional, de 4% em 1940 para 8% em 1996 e, segundo projeções poderá chegar a 15% em 2020. Além disso, a proporção da população “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos e mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, isto é, a população considerada idosa também está envelhecendo, o que leva a uma heterogeneidade do segmento populacional chamado idoso.[1]

Diversos fatores têm contribuído para essa mudança: o desenvolvimento da medicina, com a descoberta da cura ou da prevenção de várias doenças antes mortais, a expansão dos serviços básicos de saneamento a uma maior faixa da população, a melhoria das condições no serviço de saúde pública, a melhoria das condições de higiene, a adoção de campanhas de informação e a redução das taxas de natalidade.

Materiais e Métodos

Trata-se de um levantamento bibliográfico e documental, com o propósito de conceituar longevidade e os impactos provocados por esse fenômeno nos próprios indivíduos, nas relações intra-familiares e na sociedade como um todo. Paralelamente, procurou-se identificar a evolução das políticas públicas para fazer o enfrentamento a essa crescente demanda.

Resultados

Pode se definir um indivíduo como idoso a partir da noção biológica de velhice ou, mais precisamente, de senilidade, demarcando, através do padrão de declínio de determinadas características físicas, o momento a partir do qual o indivíduo pode ser, ou não, considerado como “velho”. A classificação torna-se aparentemente simples, demandando apenas que se estabeleça a idade-limite que separa a velhice da não-velhice.

No século XVI a idade média das pessoas era de 30 anos, e até o começo do século XIX poucos passavam dos 37 anos. O primeiro trabalho científico sobre a terceira idade foi escrito por Jean Marie Charcot, médico francês, em 1867, com o nome de "Estudo Clínico sobre a Senilidade e

Doenças Crônicas", procurando destacar a importância de se estudar o processo de envelhecimento, suas causas e suas conseqüências sobre o organismo.

Recentemente surgiram trabalhos científicos que sugerem que processos que diminuem a velocidade do metabolismo do organismo poderiam desacelerar o processo de envelhecimento. Os estudos específicos sobre o envelhecimento das células e sobre os seus aspectos genéticos ocupam grande parte das pesquisas sobre o envelhecimento.

A predominância da população feminina entre os idosos tem repercussões importantes nas demandas por políticas públicas. Uma delas diz respeito ao fato de que embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas são mais sujeitas a deficiências físicas e mentais do que seus parceiros masculinos, outra se refere à elevada proporção de mulheres morando sozinhas. Por outro lado, 45% das mulheres idosas eram viúvas. A viuvez tem sido apontada, em geral, como sinônimo de solidão.

Ao longo do processo de envelhecimento, as capacidades de adaptação do indivíduo tendem a diminuir, tornando-o cada vez mais sensível ao seu meio ambiente. A sua auto-estima e o seu bem-estar estão estreitamente associados à sua satisfação em relação ao seu ambiente familiar e social. A permanência do vínculo afetivo entre os membros da família e o idoso faz com que ele se sinta valorizado e possa viver com dignidade e tranqüilidade esta sua nova fase da vida. À família, como grupo social, são atribuídas responsabilidades sociais perante os seus integrantes, especialmente o idoso. A Constituição Federal apresenta a família como a base da sociedade e coloca como dever da família, da sociedade e do Estado "amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida". Nesse sentido, aos membros da família cabe conhecer e entender todo o processo de vida do idoso, suas transformações e fragilidades, auxiliar e colaborar para que ele se sinta bem junto ao grupo familiar e à sociedade.

Todavia, as transformações sociais e culturais processadas nos últimos anos produzem novas formas de organização familiar afetando profundamente a vida de seus componentes, em especial do idoso. As famílias diminuíram de tamanho e há um maior número de idosos em sua

composição. E, do ponto de vista econômico, temos nas últimas décadas, o crescente aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o que vem dificultar o importante papel da mulher, culturalmente determinado, no atendimento dos doentes e idosos. Acresça-se, a essa nova realidade, o quadro de diminuição dos recursos do Estado, da fragilidade do sistema de proteção social e das dificuldades de emprego.

O aumento da longevidade tem tido implicações bastante importantes na família e na sociedade e, em especial, sobre a população idosa. As mulheres apresentam uma esperança de vida superior em nove anos à masculina. E quanto à expectativa de sobrevida nas idades mais avançadas, esta é bastante elevada no Brasil, aproximando-se da observada nos países desenvolvidos. Isto ocorre porque a expectativa de vida ao nascer é fortemente influenciada pela mortalidade infantil, que ainda é relativamente elevada no Brasil.

Em qualquer fase da vida a capacidade de se adaptar ao novo é essencial para gozar o prazer em viver, quer seja (re) aprendendo com o mais novo ou com o mais velho, quer seja ensinando ao mais novo ou ao mais velho. Assim, muitos são os motivos pelos quais é possível que a velhice seja um período prazeroso, produtivo e emocionante da vida.

Contudo, quando se trata do envelhecimento, o que se nota é a ausência do Estado, que provoca a crise da família, que não tem como cuidar dos seus integrantes envelhecidos. A aposentadoria é ínfima e não sustenta as necessidades básicas dos que aposentam. A saúde pública é deficitária e por isso os planos privados de saúde têm mercado garantido e não sofrem com a concorrência estatal. No fim deste ciclo, percebe-se que o idoso fica a mercê da caridade alheia, seus direitos não são reconhecidos e sua autonomia é expropriada pela família que o mantém. O Estado o ignora como detentor de direitos e a família o desvaloriza enquanto a sociedade tenta livrar-se de qualquer obrigação, imputando ao Estado toda a responsabilidade.

Portanto podemos afirmar que o Estado, através do Direito, precisa reconhecer os novos paradigmas da sociedade. Afinal, a família não é mais só formada pelo casamento, ela adquiriu novas formas e tem agora integrantes que envelheceram e não morreram, ao contrário, continuam tentando assumir a plenitude de sua cidadania e lutando para preservar seu espaço social.

As sociedades ricas, de primeiro mundo, encaram a Terceira Idade de maneira bastante prática e objetiva. O idoso recebe nestas sociedades todos

os seus direitos, e têm bem nítidos os seus limites, sendo que em determinados países há clara tendência em aproveitá-los, inclusive profissionalmente.

Infelizmente sociedades pobres como a nossa, tendem a isolar o idoso, não sendo rara a idéia de considerá-lo inútil, um verdadeiro peso morto. A exagerada valorização da juventude, tão própria da sociedade moderna, contribui muito para piorar o conceito de Terceira Idade em nosso meio. A Saúde Pública e a Previdência Social não estão estruturadas para cuidar de maneira eficiente da Terceira Idade.

O Brasil não estava preparado para as consequências desse súbito aumento nas expectativas de vida, que fez surgir uma geração de pessoas velhas, ainda aptas a trabalhar em uma idade na qual, até então, normalmente se esperava que já estivessem mortas ou sem qualquer condição para o trabalho, mas para as quais não havia qualquer vaga de trabalho disponível. E mais, essas pessoas surgiram em grande número, provocando aumento geométrico nos gastos necessários para que fossem amparadas pela previdência social.

Além disso, a previdência social foi planejada e implementada para um país, no qual havia várias pessoas jovens trabalhando e contribuindo para o sistema, em relação a cada um trabalhador que, atingindo a idade legal, vinha a se aposentar. Só que, com o envelhecimento da população, a situação rapidamente se inverteu, por isso que agora temos, aproximadamente, duas pessoas trabalhando para cada uma que, aposentada, percebe os benefícios previdenciários. O resultado desta equação é a falência do nosso sistema previdenciário, como ora acontece.

Com uma aposentadoria insuficiente, a grande maioria dos idosos brasileiros torna-se dependente dos "favores" dos familiares. Essa dependência financeira é mais uma contribuição para a perda da autonomia na velhice. E mesmo que o Código Civil Brasileiro estabeleça, no artigo 397, que o direito à prestação alimentar é recíproco entre pais e filhos, a família, não reconhece que o idoso tem o direito de ser sustentado quando seus vencimentos não são suficientes para uma vida digna.

A conscientização das pessoas, inclusive de profissionais e políticos que podem alterar e auxiliar nesta nova concepção do envelhecimento, ainda não se fez. O descaso com este segmento etário é muito grande, tanto na saúde pública, como no aspecto financeiro, vide o valor da aposentadoria, a dependência dos idosos muitas vezes para sua locomoção, para compreenderem e atuarem com

novas tecnologias, como o cartão bancário, Internet.

O setor privado respondeu ao aumento das demandas com a criação de instituições com e sem fins lucrativos, entidades beneficentes e organizações de defesa dos interesses dos idosos, o que não destituiu o Estado como principal responsável na assistência aos idosos.

O advento da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (1993), além de tratar da organização das políticas de assistência nas três esferas de governo, dispõe sobre medidas específicas, como a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, em torno da qual devem ser articulados os demais programas de assistência governamentais. Logo em seguida, em 4 de janeiro de 1994, foi aprovada a Lei 8.842, que passou a constituir a Política Nacional do Idoso. Em novembro de 1996, foi publicada a Política de Atenção ao Idoso, com proposta de diversas metas concretas de assistência ao idoso. Dentre elas, a concessão do benefício de prestação continuada a 120 mil pessoas com mais de 70 anos.[3]

As diretrizes da Política Nacional do Idoso buscam viabilizar a integração intergeracional, descentralizando políticas, planos e projetos direcionados ao idoso, tornando-o agente participativo na formulação, implementação e avaliação deles, priorizando as famílias no atendimento aos idosos em detrimento do atendimento asilar, assegurando prioridade aos idosos no acesso a serviços de órgãos públicos e privados, implementando sistemas de informações e capacitando prestadores de serviços. Tais ações envolvem uma rede de órgãos públicos na esfera federal, dentre eles o Instituto Nacional de Seguro Social e os Ministérios de Previdência e Ação Social, Planejamento e Orçamento, Saúde, Educação e do Desporto, Cultura, Trabalho e Justiça, que atuam sob coordenação do Conselho Nacional de Seguridade Social e de conselhos setoriais. Além disso, a Política Nacional do Idoso prevê a possibilidade de articulação de entidades governamentais com organizações não governamentais para viabilizar a capacitação de recursos humanos.

A construção da cidadania do idoso é fundamental para o desenvolvimento de um país mais justo. A sociedade tem que mudar seu comportamento em relação ao idoso, pois uma sociedade consciente dos direitos daqueles que envelhecem é capaz de mobilizar o Estado para regulamentar e garantir o espaço social reservado aos velhos e envelhescentes.

A cidadania do idoso pode ser considerada um dos maiores avanços a serem obtidos pela sociedade, não há como ignorar que o idoso precisa continuar exercendo suas escolhas e continuar sendo titular de direitos e deveres perante a sociedade. O Direito Constitucional e o Direito Previdenciário têm levantado a questão do Direito do Idoso, mas infelizmente o Direito de Família não tem acompanhado tais avanços.

Cabe ao Direito brasileiro reconhecer que o idoso não é um cidadão de segunda classe, mas uma pessoa mais bem dotada cronologicamente. A sociedade e a família, conseqüentemente, precisam entender o envelhecimento de seus integrantes como uma evolução e não como um peso! Quando reconhecermos o potencial de nossos membros idosos, passaremos a lutar para que o Direito os reconheça como cidadãos. E finalmente, uma vez que os idosos tenham sua cidadania reconhecida e garantida, será possível dividir entre a Família, o Estado e a Sociedade, a responsabilidade e o prazer de cuidar daqueles que estão envelhecendo.

Discussão

O envelhecimento da população levanta várias questões fundamentais para os legisladores. Como podemos ajudar pessoas a permanecerem independentes e ativas à medida que envelhecem? Como podemos encorajar a promoção de saúde e as políticas de prevenção, especialmente aquelas direcionadas às pessoas mais velhas? Já que as pessoas estão vivendo por mais tempo, como a qualidade de vida na 3ª idade pode ser melhorada? Um grande número de pessoas na 3ª idade causará a falência dos nossos sistemas de saúde e de segurança social? Como podemos equilibrar o papel da família e o do Estado em termos de assistência àqueles que estão envelhecendo e que necessitam de cuidados? Como podemos reconhecer e apoiar o papel importante que as pessoas mais velhas desempenham no cuidado aos outros?

A Organização Mundial da Saúde argumenta que os países podem custear o envelhecimento se os governos, as organizações internacionais e a sociedade civil implementarem políticas e programas de “envelhecimento ativo” que melhorem a saúde, a participação e a segurança dos cidadãos e cidadãs mais velhos.[3]

Dessa forma, reiteramos que o Brasil precisa desenvolver mecanismos de assistência ao idoso, sendo certo que tais mecanismos deverão se iniciar com uma ampla política de conscientização da população, em relação aos direitos da 3ª idade a uma velhice digna. Aliás, nas emissoras de televisão freqüentemente se vêem campanhas

contra o trabalho infantil, contra a poluição das praias, contra o sexo sem preservativo. E não se pretende discutir, aqui, o mérito de cada uma delas. No entanto, não se pode deixar de questionar o seguinte: por que não é feita, também, uma campanha que esclareça a população sobre a necessidade do tratamento adequado aos idosos, que tente reduzir os índices de violência contra essas pessoas e, principalmente, que sirva para conscientizar os idosos que eles também têm direitos, que também são cidadãos como qualquer outro, e não cidadãos de segunda classe?

Conclusão

A vida, com suas fases de infância, juventude, maturidade, é uma experiência constante. Cada fase tem seu encanto, sua doçura, suas descobertas. Sábio é aquele que desfruta de cada uma das fases em plenitude, extraindo dela o melhor. Somente assim, na soma das experiências e oportunidades, ao final dos seus anos guardará a jovialidade de um homem sábio. Se você é idoso, guarde a esperança de nunca ficar velho.[5]

E nesse sentido, governantes, organizações não governamentais, indústria privada, e profissionais do serviço social e da saúde podem ajudar a promover redes de contatos sociais para as pessoas idosas a partir de sociedades de apoio tradicionais e grupos comunitários liderados pelos idosos, voluntariado, ajuda da vizinhança, monitoramento e visitas em parceria, acompanhantes da família, programas que promovam a interação entre as gerações e serviços abrangentes.

Quando estivermos neste grau de evolução, estaremos conquistando o nosso próprio espaço no futuro e resguardando a nós mesmos um envelhecimento digno.

Referências

- [1] www.portaldoenvelhecimento, em 17/05/05
- [2] Estatuto do Idoso, Lei Federal no. 10741
- [3] www.saude.pr.gov.br, em 16/05/05
- [4] DALARI, Dalmo de Abreu in Revista Terceira Idade, SESC-SP, ANO IV, no. 4, jul/91.